

**Diário Notícias**

27-07-2010

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 79040**Temática:** Justiça**Dimensão:** 768**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/8

Freeport: só dois dos arguidos foram acusados

JUSTIÇA Oito anos depois dos factos, acabou o inquérito. Só Manuel Pedro e Charles Smith foram acusados. Os advogados ainda não foram notificados. **POLÍTICA** PÁG. 8



Defensores legais de Charles Smith ainda não receberam a notificação

Advogados do 'Freeport' não foram notificados

Processo está concluído. Smith e Manuel Pedro foram ontem apontados como acusados

RUI PEDRO ANTUNES e CARLOS RODRIGUES LIMA

Apesar de o *Expresso* ter ontem avançado que os empresários Charles Smith e Manuel Pedro foram acusados pelo Ministério Público no processo Freeport, os advogados ainda não foram notificados, soube o DN. Certo é que o processo foi concluído. A garantia chegou da Procuradoria-Geral da República que remeteu para o DN uma informação do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) que refere que "o processo Freeport está dado como concluído" e que hoje "será divulgada uma nota pelo DCIAP".

Além dos empresários Charles Smith e Manuel Pedro, estavam no rol de arguidos o arquiteto Capinha Lopes, o antigo presidente do Instituto de Conservação da Natureza Carlos Guerra e o então vice-presidente deste organismo José Manuel Marques. João Cabral, engenheiro da empresa Smith & Pedro, e o ex-autarca de Alcochete José Dias Inocêncio.

Há pouco mais de um mês, a directora do DCIAP, Cândida Almeida, já havia dito que o processo que envolve o *outlet* de Alcochete estava "no fim" e que esperava que es-

tivesse concluído antes das férias judiciais de verão.

Hoje termina o prazo do segredo de justiça. Apesar de o processo passar a ser público, a procuradoria-geral adjunta já havia dito que tal não causaria "problemas porque a investigação está no fim".

O processo Freeport teve na sua origem suspeitas de corrupção e tráfico de influências na alteração à Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo e licenciamento do espaço comercial em Alcochete quando era ministro do Ambiente José Sócrates.

Já ontem o DN avançava que a investigação do caso Freeport tinha recolhido indícios de corrupção. Nas mais de 700 páginas do re-

latório da PJ, cidadãos portugueses e estrangeiros declararam ter ouvido falar em "corrupção" durante a aprovação do *outlet*.

Desde um arquitecto inglês que se referiu a "conversas sobre envelopes castanhos" até um gestor da mesma nacionalidade que lembrava que o "sucesso do projecto está dependente de quanto pagarmos ao partido", foram vários os indícios recolhidos pela PJ.

Ontem o DN avançava ainda que das 165 contas bancárias investigadas no âmbito do processo nenhuma pertencia ao actual primeiro-ministro José Sócrates. Dado que as contas bancárias dos titulares de cargos políticos nunca foram investigadas – além de José

Sócrates, Pedro Silva Pereira e Rui Nobre Gonçalves compunham o elenco do Ministério do Ambiente –, tal significa que a investigação não deu credibilidade às referências a eventuais pagamentos corruptos que envolvessem membros do ministério do Ambiente.

Por outro lado, o facto de as contas bancárias do tio de José Sócrates terem sido alvo de uma pericia financeira significa que os investigadores suspeitaram de que Júlio Monteiro pudesse ter recebido uma contrapartida monetária por ter feito a "ponte" entre os promotores do Freeport e o seu sobrinho.

A meio de julho, o primeiro-ministro, José Sócrates, foi ilibado do processo (*ver caixa em baixo*).

RELATÓRIO DA PJ

José Sócrates ilibado no processo

► Foi quando começou a circular o relatório final da Polícia Judiciária de Setúbal que se tornou público que os indícios de crime na aprovação do *outlet* excluem o actual primeiro-ministro. A pericia levada a cabo na investigação concluiu

ser "compreensível" e "aceitável" a aprovação, em tempo consideravelmente curto, do projecto daquele centro comercial em Alcochete, mesmo após dois pareceres negativos na avaliação de impacto ambiental.

A análise do processo administrativo solicitada pelo Ministério Público e Polícia Judiciária contraria mesmo a conclusão de irregularidades na actuação, em 2002, do Ministério do Ambiente, então tutelado por José Sócrates.

CRONOLOGIA

MARÇO 2002

► **Licenças** Nas vésperas das eleições legislativas de 17 de Março de 2002, é permitida a construção de um estabelecimento comercial de grande dimensão, o Freeport, uma zona ecologicamente protegida de Alcochete.

FEVEREIRO 2005

► **Buscas** A poucos dias das eleições legislativas que dariam ao PS de José Sócrates a 1ª maioria absoluta da sua história, o semanário *O Independente* revela o "caso Freeport". Sócrates é suspeito, enquanto ex-ministro do Ambiente, de ter facilitado, em 2002, as autorizações governamentais que permitiriam a construção do Freeport.

JANEIRO 2009

► **Mais buscas** O "caso Freeport" aproxima-se de Sócrates. Buscas num escritório de um tio do PM.

FEVEREIRO 2009

► **Arguidos** Charles Smith e Manuel Pedro, sócios e intermediários no negócio que permitiu a construção do *outlet*, são os primeiros arguidos do processo.

MARÇO 2009

► **"Corrupto"** A TVI revela um DVD, clandestinamente gravado, onde, falando com seus associados, Charles Smith chama "corrupto" a José Sócrates.

ABRIL 2009

► **Pressões** O Sindicato dos Magistrados do MP revela que os procuradores que investigam o caso foram pressionados a não envolverem Sócrates. O autor das pressões teria sido um outro procurador, Lopes da Mota, presidente do Eurojust, entidade europeia que coordenava a investigação internacional ao caso. Lopes da Mota teria sido sugestionado pelo ministro da Justiça, Alberto Costa. Foi considerado culpado, suspenso por 30 dias do MP e demitiu-se do Eurojust.

SETEMBRO 2009

► **Eleições** José Sócrates vence de novo as legislativas mas já sem maioria absoluta.

OCTUBRO 2009

► **Ilibado** O DN revela que José Sócrates foi ilibado das suspeitas de ter recebido dinheiro para permitir a construção do Freeport.

JULHO 2010

► **Encerrado** Termina a investigação. Só há dois acusados (Manuel Pedro e Charles Smith). Os outros quatro arguidos foram despronunciados.